

# BREVE ANÁLISE DA TEORIA DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO

*Antonio V. B. Mota Fiho<sup>2</sup>*

**Resumo:** Uma das principais das categorias formuladas pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) foi a do subimperialismo brasileiro, originalmente desenvolvida por Ruy Mauro Marini em seus escritos acerca do golpe militar de 1964. Por meio dessa categoria o autor buscava compreender os limites e contradições inerentes ao desenvolvimento de uma economia dependente e suas especificidades. O objetivo do presente trabalho é analisar as formulações iniciais acerca do subimperialismo brasileiro a partir da revisão de algumas propostas de Marini e outros autores como Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra.

**Palavras-chave:** Subimperialismo. Teoria Marxista da Dependência. Brasil.

**Abstract:** One of the main categories formulated by the Marxist Theory of Dependence was that of Brazilian sub-imperialism, originally developed by Ruy Mauro Marini in his writings on the military coup of 1964. Through this category the author sought to understand the limits and contradictions inherent in development of a dependent economy and its specificities. The aim of the present work is to analyze the initial formulations about Brazilian sub-imperialism from the review of some books by Marini and others such as Theotonio dos Santos and Vânia Bambirra. The article is divided into three sections: the context of the formulation of the concept of Brazilian sub-imperialism; the marxist theory of dependency and the concept of sub-imperialism and the conclusion.

**Key words:** Sub-imperialism. Marxist Theory of Dependency. Brazil. Latin America

---

<sup>1</sup> O presente artigo é resultado da pesquisa realizada durante o mestrado, defendida em formato de dissertação no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo e Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: vogaciano@gmail.com.

## O contexto da formulação do conceito do subimperialismo brasileiro

As suspeições dos vizinhos hispânicos com o caráter “latino-americano” do Brasil são antigas (CAPELATO, 2000). Ao longo do tempo, a política exterior brasileira oscilou muito quanto às suas posições em relação à América Latina e ao seu nível de alinhamento com os Estados Unidos. A seguir vamos ver rapidamente o contexto das relações exterior brasileiras a partir dos anos 1960, período em que começam a surgir os primeiros indícios do subimperialismo brasileiro. Isso nos ajudará a contextualizar as formulações dependentistas quanto ao subimperialismo.

Ainda na campanha presidencial de 1960, Jânio Quadros afirma que, caso eleito, seu governo assumiria uma política externa independente (PEI). Essa denominação marcou a política externa formulada por Quadros e seu chanceler, o senador udenista Afonso Arinos. Amardo Cervo e Clodoaldo Bueno em seu importante livro sobre a história da política exterior do Brasil definem a PEI como “*o apogeu do populismo*” (CERVO, BUENO, 2015, pág. 331). A PEI teria três objetivos principais: “*contribuir com a política nacional de desenvolvimento econômico e social, diversificar os laços internacionais do país, de maneira amigável e contribuir para a paz mundial*” (DORATIOTO, VIDIGAL, 2014, pág. 82).

Sem ferir a tradição diplomática do país, ou propor uma ruptura com os Estados Unidos, a PEI representou uma atualização da política externa brasileira, uma vez que aprofundou a temática das relações Norte-Sul (países desenvolvidos e países dependentes) e não somente as relações entre Leste-Oeste (socialismo e capitalismo). Com isso, o aspecto pragmático das relações internacionais era enfatizado, uma vez que o interesse econômico nacional ganhava maior espaço na política exterior. Logo a questão militar estratégica da Guerra Fria foi matizada, o que fica evidente pela retomada das relações diplomáticas com a União Soviética. Além disso, a política exterior brasileira ganhou maior projeção mundial e se pronunciou sobre importantes temas,

como o desarmamento internacional, a defesa da autodeterminação e não-intervenção, particularmente quanto a Cuba, e o reconhecimento dos países recém-independentes.

A PEI também representou uma maior aproximação com a América Latina. Em 1960 foi assinado o Tratado de Montevideu que criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) que visava ampliar o comércio intrarregional. Em abril de 1961, ocorre a famosa reunião de Uruguiana entre Jânio Quadros e Arturo Frondizi que aprofundou a aproximação iniciada por JK.

Durante a vigência da PEI, as relações com os Estados Unidos foram esfriaram novamente. Washington via com desconfiança a aproximação do Brasil com os países socialistas e seus elementos “terceiro mundistas”. No governo Jango as relações bilaterais pioraram com a encampação de duas companhias norte americanas, a ITT (telecomunicações) e a AMFORP (energia elétrica) pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizolla, e a aprovação da Lei de Remessa de Lucros. Havia por parte dos Estados Unidos um aparente desdém quanto à nova diretriz da política exterior brasileira. De acordo com Doratioto e Vidigal:

Autoridades norte-americanas, com certo tom de ironia, parabenizaram o Brasil pela adoção de uma política exterior independente, o que eles não conseguiam ter, considerando-se a interdependência entre os países. A autonomia real, consistente, efetiva das nações, não depende tanto do discurso diplomático e sim dos recursos de poder à disposição do Estado. (...) Qual a autonomia de um país que precisou buscar recursos financeiros junto ao governo de Washington e cujo golpe militar contou com o aval da Casa Branca? (DORATIOTO, VIDIGAL, 2014, pág. 84).

A íntima vinculação entre a política interna de impulsionar a industrialização condiciona a política externa. Uma vez que o país enfrentava problemas em financiar os déficits em transações correntes, era importante ampliar as exportações, buscar novos investimentos estrangeiros e renegociar sua dívida. Duas questões tonavam ainda mais relevantes os aspectos econômicos

da política externa: os investimentos americanos minguaram e a deterioração dos termos de troca erodia o valor das exportações.

Jânio Quadro estabeleceu uma reforma cambial que visava implantar o “realismo cambial” por meio da Instrução 204 da SUMOC. No entanto, há outra instrução que reflete uma inflexão quanto à política econômica externa: a Instrução 215 de 25/9/1961, que estabelecia um incentivo às exportações de bens de capital e de consumo durável. Essa instrução determinava que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) “*poderia licenciar, financiar e refinar a exportação desses bens, para pagamento a médio e longo prazos, em moeda de livre conversibilidade*” (DOELLINGER et al., 1973, pág. 29). O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado para o início do governo presidencialista de Jango, também expressa a necessidade de ampliar as exportações de manufaturados, particularmente para a ALALC (BRASIL, 1962, pág. 70). A Instrução 263, de fevereiro de 1964, aprofundava a tentativa de expandir as exportações de manufaturados (DOELLINGER et al., 1973, pág. 30).

Ainda que os resultados práticos dessas instruções sejam difíceis de mensurar, uma vez que o cenário macroeconômico e político nacional era conturbado, elas representam uma mudança importante da política econômica brasileira. Ao promover a exportação de manufaturas, implicitamente o governo reconhece que precisa exportar produtos de maior valor e menos suscetíveis a bruscas variações de preço, como é o caso das commodities. Reconhece-se com isso que a “*cooperação antagônica*” que caracterizara boa parte da industrialização substitutiva já não era mais capaz de sustentar o desenvolvimento nacional. Assim, junto à substituição de importações começava a ser articulada também a substituição de exportações: de bens primários para manufaturados de baixa e média tecnologia. De acordo com Silva: “*Esse novo Modelo converteu-se no eixo fundamental do vínculo comércio exterior/desenvolvimento e vigorou, com pequenas variações, de 1961 a 1989*” (SILVA, 2003, pág. 53).

Uma vez que a industrialização tinha avançado mais no Brasil do que nos outros países da América Latina, era o único país que conseguiria organizar uma estratégia exportadora de manufaturados. Os potenciais mercados para as

manufaturas brasileiras seriam principalmente países também dependentes com um menor nível de industrialização.

Dessa forma, os aspectos econômicos da PEI ficam mais evidentes e percebe-se a relação entre a política interna e externa. Distanciando-se parcialmente de Washington, o país conseguiria expandir mercados para seus produtos e fortalecer-se econômica e politicamente, principalmente entre os outros países dependentes. Aqui se nota que, ainda que o país não fosse plenamente autônomo em relação a Washington, havia uma certa margem de manobra para a política exterior que o país tratou de alargar por vias políticas e econômicas.

Ainda que a conjuntura política que segue à renúncia política de Jânio Quadros seja marcada por uma crescente instabilidade política, a PEI seguiu sendo a base da política externa do período parlamentarista e do período presidencialista de Jango. No entanto, com o golpe de 1964 e o governo Castello Branco, ela é duramente atacada e substituída por uma política de alinhamento com os Estados Unidos.

No governo de Castello Branco vão ganhar força novamente as formulações da Escola Superior de Guerra (ESG), que já haviam sido testadas no governo Café Filho. Particularmente influente nesse período é o general Golbery do Couto e Silva e suas formulações sobre “geopolítica brasileira”. Em seu livro Aspectos geopolíticos do Brasil, original de 1952, Golbery partia do pressuposto de que o país devia se preparar para o conflito inevitável que ocorreria entre o “imperialismo socialista” e a “democracia”. Com isso, a temática da segurança nacional entra nas formulações do Exército articulando-a com o desenvolvimento. Como afirma Golbery:

A segurança estrutura-se, pois não pode deixar de estruturar-se, sobre uma base irredutível de bem-estar econômico e social, nível abaixo do qual se ofenderá a própria capacidade de luta e de resistência da nação, incapacitando-a, afinal, para o esforço continuado e violento que dela a guerra exigirá (SILVA, 1967, pág. 14).

Golbery formulara a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo havia sido marcado pela “*integração*” - “*processo solucionador por excelência*

*de todos os antagonismos*” (SILVA, 1967, pág. 21). Dessa forma, *“os países fortes tornam-se cada vez mais fortes e os fracos, dia a dia, mais fracos; as pequenas nações se vêem (...) reduzidas à condição humilde de pigmeus e já se lhes profetiza abertamente um fim obscuro*” (SILVA, 1967, pág. 22). Assim, os países fracos deveriam assumir sua “integração” com os países fortes abrindo mão de rígidos conceitos e já caducos como o de “soberania nacional” (SILVA, 1967, pág. 168). Essa é a base da política externa de Castello Branco, marcada pela defesa da “*interdependência*” entre Brasil e Estados Unidos, pela ideia de uma “*fronteira ideológica*” entre os dois países e de uma “*barganha leal*” por parte do Brasil (SILVA, 1967, pág. 51). Essa “barganha leal” envolvia garantir ao Brasil o controle estratégico da segurança da América do Sul, ou seja, ratificá-lo como principal satélite americano na região ou, como logo veremos, ratificar o subimperialismo brasileiro, uma vez que *“também nós podemos invocar um ‘destino manifesto’, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os de nossos irmãos maiores do norte*” (SILVA, 1967, pág. 52). De acordo com Golbery:

Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio no Atlântico Sul, êsse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a que nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica (SILVA, 1967, pág. 52).

Em edições seguintes de seu livro, como a de 1960, Golbery menciona o papel importante que a integração econômica da América Latina teria nos seus planos de expansionismo. Caberia ao Brasil cooperar decisivamente para essa integração cujo aspecto inicial teria de ser a integração física da região. Caberia ao país *“articular, sob uma liderança caracteristicamente democrática, as unidades muito menores e de potencial que o cercam...”* (SILVA, 1967, pág. 215). Golbery chega a propor que o Brasil deveria projetar sua influência até a África, com o objetivo de defender as novas nações do socialismo (SILVA,

As formulações de Golbery, que como mencionamos anteriormente, foram base da política externa de Castello Branco, padeciam de grave anacronismo, uma vez que a “*détente*” entre Estados Unidos e União Soviética avançou a partir do início dos anos 1960, diluindo as tensões da bipolaridade entre as potências e as tentativas cubanas de exportar a revolução para o continente malogravam (CERVO, BUENO, 2015, pág. 397).

As relações com a América Latina foram secundárias e passaram por momentos tensos como no caso do envio de tropas sob mandato da OEA para a intervenção na República Dominicana em 1965. O Brasil não só enviou um contingente de 1.100 homens como chefiou a missão que instalou um novo governo no país. Além disso, o Brasil insistiu duramente na OEA para a criação de força intercontinental de paz, o que gerou grandes atritos com a diplomacia argentina e venezuelana, que chegou a romper relações diplomáticas com o país (CERVO, BUENO, 2015, pág. 403).

## A Teoria Marxista da Dependência e o conceito de subimperialismo

Ruy Mauro Marini formula seu conceito de subimperialismo imbricado na sua análise sobre os acontecimentos do golpe de 1964. Marini era militante de uma organização política (a Política Operária, POLOP) que se opunha ao etapismo do PCB. Quando o PCB expõe a tese de que o golpe teria sido simplesmente uma manobra do imperialismo americano e dos latifundiários, Marini busca refletir qual pode ser o papel do imperialismo americano no golpe e qual o papel da burguesia brasileira. Para Ruy Mauro:

a ação dos Estados Unidos no Brasil não se podia entender como alheia à realidade nacional, mas como elemento constitutivo dela e só pudera se tornar efetiva (e, portanto, só se explicava) à luz da luta de classes no país, que fincava suas raízes na economia e determinava o jogo político —e da qual as Forças Armadas eram parte plena (MARINI,

Incapaz de realizar um amplo conjunto de reformas que permitisse ao país assumir plenamente um desenvolvimento capitalista autônomo, a burguesia brasileira se alia às burguesias internacionais. Com isso estrutura-se definitivamente uma divisão do trabalho que já havia se insinuado no governo JK, a saber, o desenvolvimento da indústria articulado a partir da ação das transnacionais produzindo bens manufaturados de tecnologia amortizada. No entanto, com a ditadura há um aspecto novo central para compreender a dependência e o subimperialismo: a profunda desvalorização do salário mínimo. Os instrumentos que a ditadura incorreu para promover essa desvalorização foram diversos: a intervenção nos sindicatos, a aprovação da lei de greve e a nova metodologia do cálculo do salário mínimo. Somada à desvalorização do salário mínimo, o governo Castello Branco desenvolve uma política econômica fortemente recessiva, o que teve como consequência direta a falência de diversas empresas pequenas e médias e o aumento do desemprego. O objetivo implícito era comprimir o volume de recursos que se destinava aos trabalhadores e, com isso, ampliar o total de recursos dos capitalistas.

Por um lado, essa política recessiva, somada às reformas de caráter liberal realizadas pelo governo Castello Branco, abriu espaço para a aquisição de algumas empresas brasileiras por transnacionais, algo caracterizado por Marini como uma “*integração imperialista dos sistemas de produção*”. Por outro, ampliou ainda mais a capacidade ociosa da indústria.

É nesse momento que surge um dos elementos do subimperialismo, a saber, a exportação de manufaturados. Frente a uma ampla capacidade ociosa e a demanda fortemente comprimida por meio da política econômica recessiva dos ministros Roberto Campos e Octávio Bulhões, a alternativa para a indústria brasileira é se projetar sobre a economia dos demais países da região.

Marini avalia que ocorre a consolidação de uma dupla divisão internacional do trabalho: na primeira, os centros imperialistas transferem parte de sua produção de manufaturados para as periferias. A consequência daquela é que “*cada avanço da indústria latinoamericana afirmará (...) sua dependência*

*econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas*” (MARINI, 2012b, pág. 65). Já a segunda diz respeito à divisão do trabalho na própria América Latina. Uma vez que a industrialização no Brasil havia avançado muito mais que nos demais países da região, de acordo com Marini, consolida-se também uma divisão de trabalho dentro da América Latina. Quanto a esse caso, Marini afirma que

se estabelecem níveis ou hierarquias entre os países da região, segundo os ramos de produção que se desenvolveram ou estão em condições de se desenvolver, negando aos demais o acesso a ditos processos de produção para torná-los simples mercados consumidores. As características próprias do sistema fazem com que esta tentativa de racionalizar a divisão do trabalho propicie a formação de centros subimperialistas associados à metrópole para explorar os povos vizinhos. Sua melhor expressão é a política levada a cabo pelo regime militar de Castelo Branco no Brasil, que atualmente o regime argentino procura imitar (MARINI, 2012b, pág. 65).

Do ponto de vista econômico, podemos notar que, para Marini, o subimperialismo está intimamente conectado a um problema de realização de mercadorias. Por um lado, a redefinição da divisão internacional do trabalho amplia a oferta de produtos industriais produzidos por meio de tecnologia amortizada, mas por outro, devido à superexploração da força de trabalho e à política recessiva, essa oferta não consegue ser realizada. A integração regional permitira, portanto, interligar os principais mercados consumidores dos produtos brasileiros e realizar as mercadorias.

Marini expõe que a busca por impulsionar as exportações de manufaturados já estava presente antes mesmo do golpe de 1964, mas era um expediente contingente: uma vez que a economia voltasse e o mercado interno se expandir, a necessidade de expandir as exportações diminuiria. De acordo com Marini:

A partir de Castello Branco, pelo contrário a burguesia trata de compensar sua impossibilidade de ampliar o mercado interno coma incorporação extensiva de mercados já formados – como, por exemplo, o uruguaio. A expansão

comercial deixa de ser, assim, uma solução provisória e complementar à política reformista e converte-se na própria alternativa às reformas estruturais (MARINI, 2012b, pág. 129-130).

Isso fica evidente já no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) formulado pelo ministro Roberto Campos nos primeiros meses do governo Castello Branco. No capítulo acerca da política de comércio exterior há seguidas referências à necessidade do país a ampliar suas exportações.

No que diz respeito à exportação, há dois aspectos a considerar: dos preços e do volume físico. Dificilmente as medidas tomadas internamente poderão influir sobre os primeiros, mas as perspectivas do volume físico são animadoras desde que o país se empenhe num grande esforço de conquista e expansão de mercados, principalmente da ALALC (BRASIL, 1964, pág. 130).

Dentre as propostas do programa do governo de Castello Branco para as exportações, as exportações de manufaturados possuem atenção especial e há previsão de financiamentos à exportação e produção de “*manufaturados exportáveis*” (BRASIL, 1964, pág. 132).

Podemos perceber que, em sua análise econômica, Marini expõe uma interpretação de como os problemas de uma economia dependente, como a brasileira, são repostos no processo de crescimento econômico sem serem resolvidos. A estratégia de crescimento econômico acelerado aparece como “fuga para frente” em que, *a priori*, o crescimento deveria resolver os problemas da economia, mas acaba aprofundando-os e deformando a sociedade. Junto à exportação de manufaturados, Marini também aponta outros dois expedientes utilizados para contornar o problema de realização:

1. a intervenção cada vez maior do Estado na criação de mercado através de obras de infraestrutura e de interesses social (moradia etc.) e, em determinadas condições, através da compra de armamentos (...);

2. a distribuição regressiva da renda, a fim de aumentar o poder de compra dos altos grupos (MARINI, 2012b, pág.

39).

A teoria do subimperialismo de Marini foi inovadora à sua época, pois apontou que a economia brasileira, e particularmente sua indústria, seguiriam crescendo durante a ditadura, ainda que esse crescimento ocorresse aprofundando as já graves contradições do capitalismo dependente. Logo, representou um importante contraponto as análises de alguns autores, dentre os quais o principal era Celso Furtado, que formularam a hipótese de que o país poderia passar por um processo de “*pastorização*” da sua economia após o golpe de 1964, ou seja, a destruição da sua indústria e o avanço da economia agrária (FURTADO, 1979, pág. 16).

O subimperialismo também possui elementos políticos. Marini concentra sua atenção no apoio que o Brasil teria oferecido aos diversos golpes militares que se seguiram ao ocorrido no país (MARINI, 2012, pág. 42-43). Com isso, o Brasil se consolidaria como líder regional e ponte entre os Estados Unidos e a América do Sul. A difusão de ditaduras apoiadas pelo Brasil garantiria certo nível de concertação das políticas regionais sob hegemonia brasileira e americana.

Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra também contribuíram na formulação do conceito de subimperialismo. A análise de Theotonio busca complementar a análise de Marini, uma vez que este teria voltado sua atenção mais para as contradições geradas entre o país subimperialista e aqueles países que seriam objeto de sua dominação do que para as contradições que há entre o centro subimperialista e o centro imperialista (DOS SANTOS, 1973, pág. 101). Para Theotonio, o subimperialismo é um expediente de risco para o próprio centro imperialista, uma vez que

Desarrollar un centro subimperialista como Brasil significa transferir a este país, como unidad nacional, algunos mecanismos de decisión cuya dinámica puede producir una contradicción creciente com la condición dependiente. Si el centro subimperialista adquiere una autonomía relativa muy acentuada, será difícil garantizar su subordinación. Se trata, pues, de un problema de dosificación: limitar las funciones del centro subimperialista. No obstante, si

se transfieren ciertos poderes a este centro, permitiéndole cumplir ciertas funciones limitadas, cómo garantizar que estos mismos poderes no sean utilizados contra el centro dominante? Y, em segundo lugar, cómo no depender demasiado de su poder intermediario? (DOS SANTOS, 1973, pág. 101).

As questões levantadas por Theotonio foram precisas e prenunciaram o que foi a resposta dos centros imperialistas à crescente movimentação dos países dependentes nos anos 1970 pela construção de uma Nova Ordem Econômica Internacional que reformasse as instituições de Bretton Woods e facilitasse o desenvolvimento econômico. Ainda que os países dependentes se articulassem e inclusive conseguissem aprovar resoluções na ONU, elas não conseguiam ter consequências práticas uma vez que os países desenvolvidos não estavam dispostos a negociar os termos do que poderia ser uma nova ordem econômica (CERVO, BUENO, 2015, pág. 421). Como vimos, o neoliberalismo tinha por objetivo controlar os crescentes questionamentos à hegemonia americana e ao próprio capitalismo que haviam se multiplicado a partir dos anos 1960. Com isso, a partir dos anos 1970 os centros imperialistas tratariam de reafirmar sua hegemonia e controlar, e até mesmo diminuir, a margem de ação que os países dependentes tinham na condução de suas políticas. Disso não se pode concluir que a nova ofensiva imperialista por meio do neoliberalismo tenha significado o desbaratamento do subimperialismo. Como veremos, assim como a própria economia passou por grandes transformações desde a crise do padrão industrial, também o subimperialismo passou por transformações e assumiu feições mais defensivas que ofensivas.

Quantos aos centros subimperialistas, Theotonio afirma que a expansão dos mercados externos combinada ao pequeno crescimento do mercado interno pode gerar reações nos países subimperialistas, particularmente dos setores populares que passariam a exigir também a dinamização do mercado interno. Com isso o subimperialismo cavaria sua própria cova, uma vez que dificilmente um país de capitalismo dependente conseguiria realizar as reformas necessárias para dinamizar o mercado interno e, na ausência dessas reformas, os movimentos populares nacionais tenderiam a crescer e já não poderiam ser

contidos facilmente (DOS SANTOS, 1973, pág. 102). Theotonio não chega a afirmar precisamente, mas há a insinuação que esses movimentos organizados poderiam vir a solapar a própria estrutura do subimperialismo e do capitalismo dependente por meio da tomada de poder.

Podemos perceber que a análise de Theotonio aponta que, ao contrário de resolver contradições de determinado país pela projeção internacional, o subimperialismo é um expediente que amplia as contradições do capitalismo dependente. A questão colocada por Theotonio é precisa pois evidencia que qualquer processo de integração exige um exercício de poder por parte dos envolvidos e aí se evidencia como as diferenças econômicas entre os países implicam em diferenças poder político. Ainda que na retórica dos acordos diplomáticos se preze pela afirmação de processos de integração “sem hegemonismos”, não há como negar que as assimetrias existentes mesmo entre países dependentes. De acordo com Theotonio:

En resumen, la hipótesis de la dependencia negociada en sus variadas formas [como o subimperialismo] acarrea un conjunto de contradicciones internas con el centro imperialista que anuncian un período de ajuste muy conflictivo. La visión idílica de la CEPAL, el BID y la UNCTAD, que trata de conciliar los intereses en juego y ignorar los tremendos en este proceso, se ve contrarrestada por el carácter combinado y desigual del desarrollo capitalista, que lleva inevitablemente a la explotación de regiones y sectores más atrasados por los más concentrados y monopólicos. El proceso de integración internacional del sistema y la interdependencia más estrecha de los múltiples sectores productivos no eliminan la feroz competencia entre los diversos grupos económicos, sino que la intensifican. La dependencia se agudiza en los sectores más débiles del sistema, la explotación se acentúa en los más sometidos, y, pese a cierto ascenso general de la producción y la productividad generado por el adelanto técnico, aumentan las distancias entre las grandes masas de los centros explotadores y subexplotadores del sistema (DOS SANTOS, 1973, pág. 104).

A argumentação de Vânia segue pelo caminho proposto por Theotonio de apontar os limites do subimperialismo. A autora reconhece que o subimperialismo

está intimamente ligado ao problema do mercado dos países dependentes, particularmente naqueles em que a industrialização tenha mais avançado. Indo para além dos aspectos econômicos, a autora aponta que o subimperialismo também deve ser seguido de uma política nacional de tom chauvinista que justifique o expansionismo do país e cita como exemplo o caso do apoio do governo brasileiro ao golpe na Bolívia em 1971<sup>1</sup>. No entanto, para Vânia, toda a política expansionista desenvolvida pelos governos militares não seria capaz de resolver as contradições entre os “*interesses do capitalismo enquanto sistema nacional e seu caráter estruturalmente dependente*” (BAMBIRRA, 2013, pág. 203). Dessa forma, o subimperialismo envolveria recorrentes choques com a política exterior americana, uma vez que o Brasil se afirmasse como potência subimperialista, necessitaria dispor:

1) da capacidade de decisão sobre a orientação dos investimentos básicos realizados internamente, a fim de poder orientá-los no contexto de uma política econômica que corresponda aos interesses prioritários do capitalismo nacional em seu conjunto;

2) da capacidade de implementar, no plano internacional, uma política de concorrência dirigida às metas de conquista do domínio sobre os países vizinhos, que lhe garanta pelo menos uma participação junto à hegemonia imperialista

---

<sup>1</sup> Schilling descreve com detalhes o papel que o Brasil teria cumprido no golpe de 1971: “*O grande estrategista do golpe, o general reformado brasileiro Hugo Bethlem, declarava em junho de 1971, quando da instalação da Assembleia do Povo, na Bolívia: ‘Estou totalmente a favor da intervenção brasileira na Bolívia’ (...) Pouco antes do golpe, O Estado de São Paulo analisava, pragmaticamente a situação: ‘O Brasil não pode perder sua imagem de grande potência. Para tanto, se a situação se tornar grave na Bolívia, cabe assumir o papel de guardião da democracia no continente e fazer valer, se necessário pela força, os fundamentos da civilização ocidental e cristã’*” (SCHILLING, 1981, pág. 66). Ainda de acordo com Schilling, o general Bethlem havia proposto um plano de tutela brasileira sobre a Bolívia “*como uma atitude de irmão maior*” e, para tanto, foram enviados armamentos para os próprios bolivianos realizassem a derrubada de Torres. Uma vez garantido o golpe se iniciou a segunda etapa da ocupação: a econômica, cujo principal expoente também era o general Bethlem que presidia a Câmara de Integração Brasil-Bolívia (CIBRABOL), que em pouco tempo articulou a ida de diversos empresários brasileiros para La Paz e linhas de crédito por meio do Banco do Brasil (SCHILLING, 1981, pág. 67-68).

(BAMBIRRA, 2013, pág. 203)

Há que considerar que o próprio Marini tratou de atualizar suas formulações acerca do subimperialismo. Em 1977, após se deter na análise da divisão internacional do trabalho que emergia após a Segunda Guerra Mundial, Marini menciona que o esquema centroperiferia, formulado pela CEPAL, em que a periferia produzia bens primários para os mercados centrais e deles importava manufaturas, já não dava conta de explicar a estrutura da economia mundial, uma vez que havia países periféricos que também produziam manufaturas. Surgem centro medianos de acumulação que vão constituir os centros subimperialistas (MARINI, 1977, pág. 8). Com isso, a análise de Marini já não fica mais restrita somente ao caso do Brasil, mas também aponta que o Irã e Israel são centros subimperialistas e que Argentina e México teriam “traços” subimperialistas (MARINI, 1977, pág. 19).

Feita essa breve exposição do conceito do subimperialismo, é importante também apontarmos equívocos gerados pelo conceito. Uma crítica muito comum nos anos 1970 foi a de que não haveria necessidade de desenvolver uma teoria do subimperialismo, uma vez que a teoria do imperialismo já fornecia os elementos necessário para compreender o fenômeno descrito por Marini. Para o autor:

A teoria leninista do imperialismo – ela própria um desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar as novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX – é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não pode ser invocada para impedir que este estudo se concretize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao imperialismo, e não ao subimperialismo (MARINI, 2012b, pág. 37).

Nesse esclarecimento, podemos perceber novamente a linha metodológica que perpassa as formulações da teoria marxista da dependência: estabelecer uma visão a partir da periferia para compreender os fenômenos sociais periféricos. A “aplicação” direta de teorias pré-concebidas não explica satisfatoriamente a dinâmica do capitalismo dependente e sua sociedade. Dessa

forma, a teoria marxista da dependência reconhece a importância do conjunto de formulações do marxismo, mas não as toma como uma referência dogmática capaz de explicar quaisquer contextos históricos e sociais sem nenhum tipo de mediação teórica.

Outra crítica levantada à teoria do subimperialismo é o nível de autonomia em que operaria esse subimperialismo. O subimperialismo não garante somente maior subordinação à potência hegemônica ou somente maior expansão sobre os países mais débeis. O nível de autonomia dentro do qual opera a política exterior segue sendo condicionado por diversos elementos e, portanto, só pode ser inferido a partir da avaliação histórica. Quanto a essa questão, Ruy Mauro aponta que o subimperialismo reproduz em escala mundial a cooperação antagônica que marca a relação entre as diferentes frações da burguesia. De acordo com Marini, os centros subimperialistas

estabelecem uma relação de estreita dependência com seu centro hegemônico – os Estados Unidos –, ao mesmo tempo que colidem continuamente com este em seu desejo de tirar maiores vantagens do processo de reorganização no qual se encontram empenhados (MARINI, 2012b, pág. 65).

Visto a partir da categoria da cooperação antagônica, o subimperialismo pode ser compreendido com a devida complexidade. Dentro desse binômio, a política externa do governo Castello Branco privilegiou a cooperação. A partir do governo Costa e Silva o antagonismo se acentua à medida que o país buscava ampliar a autonomia da sua política externa e acaba entrando em choque com a diplomacia americana em torno de algumas questões consideradas sensíveis por essa. Podemos afirmar que o subimperialismo possui tanto elementos ofensivos – ou seja, aqueles que possibilitem uma ascensão na hierarquia da economia mundial, tais como expansão comercial, conquista de novos mercados, maior inserção em fóruns internacionais – quanto defensivos – aqueles que atuam de forma a evitar a queda na hierarquia da economia mundial, tais como perda de mercados externos, evitar grandes derrotas em fóruns internacionais.

Quanto à América Latina, a política exterior brasileira foi marcada por um forte conteúdo econômico. O Brasil se beneficiou dos primeiros

anos de funcionamento da ALALC, o que fez com que suas exportações de manufaturados para os países da Associação aumentaram rapidamente. O periódico *Conjuntura Econômica* (1971) aponta que:

No que tange, de modo específico, à visão da ALALC, do lado brasileiro as perspectivas são excelentes, principalmente, em termos de reserva de mercado para um país de dimensões continentais e em fase de expansão continuada. Por exemplo, as exportações de produtos manufaturados acusam evolução constante – 1967 (43%), 1968 (46%), 1969 (73%) e 1970 previsão (75%). Essa circunstância já visualiza melhor participação no futuro, tendo em vista que o Brasil vem apresentando, no confronto com os demais países membros do Tratado de Montevidéu, características de país nitidamente industrializado, o que configura as vantagens potenciais de comércio que favorecerão a indústria nacional (pág. 53).

Em diversos anos o país apresentou vultosos saldos comerciais com os países da ALALC (a exceção é 1973 quando o país teve um pequeno déficit de US\$0,9 milhão), o que só veio a se alterar a partir de 1982 quando se aprofunda a crise da dívida em toda a região. Em 1984 o país volta a apresentar saldos comerciais com a região.

À medida que o avanço do processo de integração via ALALC vai estagnando, o que ocorre principalmente a partir de 1969 com a criação do Pacto Andino, o país aprofunda sua estratégia bilateral. Um exemplo da política bilateral brasileira do período foi a construção Usina Binacional de Itaipu (CERVO, BUENO, 2015, pág. 445).

Além da América Latina, o Brasil também adota uma postura de diversificação de suas relações econômicas internacionais. Cabe mencionar a ampliação das relações com a Europa Ocidental, particularmente com a Comunidade Econômica Europeia que em 1973 se tornou o principal parceiro comercial do país, e com quem o país negociou diversos acordos nucleares, distanciando-se das diretrizes americanas de congelamento do poderio nuclear (CERVO, BUENO, 2015, pág. 440). O país também aprofundou suas relações com a Europa Oriental e o Japão (CERVO, BUENO, 2015, pág. 442-443). Com

efeito, é possível perceber que ao longo dos anos 1960 e 1970 o subimperialismo brasileiro alterou sua forma e o espaço sobre o qual incide.

As mudanças no formato do subimperialismo brasileiro ocorrem em linha com as mudanças ocorridas dentro da política externa a partir do fim dos anos 1980. Com o avanço do neoliberalismo, a política exterior brasileira iria passar por um longo período de reformulação e busca de uma nova identidade, algo definido por Cervo como uma “*dança de paradigmas*” em que se notabilizaram duas posições principais: aquelas mais próximas à continuidade do processo de abertura da economia brasileira com o mundo e aquelas mais críticas ao neoliberalismo no campo das relações internacionais. Por fim, cabe perceber que a primeira linha que ganhou mais força dentro do Itamaraty, particularmente com as gestões de Celso Lafer, a gestão de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Felipe Lampreia (CERVO, BUENO, 2015, pág. 490).

Dentro dessa nova configuração da política exterior brasileira ocorre uma aproximação com os países desenvolvidos, principalmente por meio da integração de novos temas à política exterior como direitos humanos, aceitação de restrições a questões militares, meio ambiente e propriedade intelectual. No caso do governo Collor, houve uma grande aproximação com os Estados Unidos e um afastamento dos países “terceiro-mundistas” (VIGEVANI, CEPALUNI, 2011, pág. 71). Com isso, o Brasil teria deixado de buscar ser “o primeiro entre os últimos” para ser o “último entre os primeiros”.

## Conclusão

Após essa breve análise da categoria do subimperialismo brasileiro, podemos compreender o contexto que foi formulada e como ela articula aspectos da dinâmica interna da economia brasileira com sua projeção do desenvolvimento dependente, dentre os quais destaca-se seu mercado interno restrito e sua consequente incapacidade de absorver a crescente produção industrial nacional, o Estado desenvolve um sistema de exportação de manufaturados que deveria contornar a capacidade ociosa da indústria. Além disso, acentua-se a cooperação antagônica do Brasil com os Estados Unidos por meio da qual o país

pode atuar como “satélite privilegiado” do “irmão do Norte”. No entanto, essa relação é envolvida em contradições marcadas, por um lado, pelas tentativas dos governos militares de expandirem sua autonomia política e econômica e, por outro, pela resistência dos governos americanos em ceder maior espaço para o Brasil. Logo, esse expediente contraditório não seria capaz de estabilizar indefinidamente o capitalismo dependente brasileiro: acabaria gerando tensões seja com os demais países sul-americanos, que estariam sujeito a uma dupla exploração, seja com os Estados Unidos, que estariam pouco dispostos a ver uma potência econômica e política disputar a hegemonia da região. Por fim, podemos notar que a categoria do subimperialismo brasileiro permite articular diversos aspectos do capitalismo dependente e captar as contradições inerentes a ele.

## Referências bibliográficas

BAMBIRRA, Vânia. *Capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013.

BRASIL. *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social*. Brasília: Presidência da República, 1962.

\_\_\_\_\_. *Plano de Ação econômica do Governo*. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, 1964.

CAPELATO, Maria Helena. *O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano*. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a grande transação*. São Paulo: SENAC, 2000, p. 285-317.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos. *História das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.

DOELLINGER et al. *A política brasileira de comércio exterior e seus efeitos: 1967/1973*. Brasília: IPEA, 1973.

DOS SANTOS, Theotonio. *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

FGV. *Conjuntura Econômica*. Diversas edições.

FURTADO, Celso. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

MARINI, Ruy. *O ciclo do capital na economia dependente*. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSORIO, Jaime. *Padrão de reprodução do capitalismo: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 21-35.

\_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012b.

\_\_\_\_\_. *Memória*. 1991. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/001\\_memoria\\_marini\\_port.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/001_memoria_marini_port.html). Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. In: Cuadernos Políticos, v. 12, 1977.

SILVA, Heloisa Conceição Machado. *Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979*. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 46, n. 1, p. 39-65, Junho, 2003.

SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SCHILLING, Paulo. *O expansionismo brasileiro*. São Paulo: Global editora, 1981.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: Unesp, 2011.